

# A mulher como alvo de tabu: o fascínio da ambiguidade feminina

*The woman as a target of taboo: the allure of female ambiguity*

Carlos Alexandre Molina Noccioli<sup>1</sup>  
Cristiane Cataldi dos Santos Paes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este ensaio discorre sobre a noção de tabu dentro do quadro da teoria das representações sociais, chamando-se atenção para a figura da mulher como particular alvo de representações e interpretações culturais. No que se refere à constituição de um percurso histórico sobre o tabu, foi de grande importância a obra de Freud; para um contato com concepções antropológicas mais modernas, utilizamos o livro de Augras, em que se explicitam associações da mulher ao tabu.

**ABSTRACT:** This essay discusses the concept of taboo within the framework of Social Representations Theory, focusing on the woman's image as a particular target of cultural representations and interpretations. Concerning the establishment of a historical trajectory on the taboo, the work of Freud was of great importance. In order to get a contact with the most modern anthropological conceptions, we used the work of Augras, in which associations of the woman with taboo are explicit.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais. Tabu. Mulher.

**KEYWORDS:** Social Representations. Taboo. Woman.

## I. UMA PARTICULAR REPRESENTAÇÃO SOCIAL: O TABU

*“Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.”*

Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil

Os primeiros registros sobre a noção de tabu foram feitos por um navegante

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais. E-mail: carlos.noccioli@ufv.br

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: cristiane.cataldi@ufv.br

inglês chamado James Cook, em viagem à Oceania. Denominado pelos nativos das Ilhas Tonga por *Tapu* – anglicizado pelo capitão por *taboo*, permitindo a forma em português *tabu* –, a expressão designava tudo aquilo que era sagrado e ao mesmo tempo proibido. Portanto, o “‘tabu’ traz em si um sentido de algo inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições” (FREUD, 1975, p. 32)<sup>3</sup>.

Como um tabu é designado a partir de uma temática – incluindo-se desde um determinado assunto até determinada conduta ou comportamento – interdita em certa sociedade, observa-se a relevância de aspectos sociais e culturais para sua interdição. Se essa ordem do “evitado” remete a razões que interferem, de algum modo, na sensibilidade das pessoas, ou atentam contra a moral de dada sociedade, os temas considerados tabu estão atrelados a questões variáveis entre grupos sociais, inevitavelmente sujeitos a representações sociais de um determinado povo.

A partir disso, podemos compreender as representações sociais de um povo como um conjunto de “regras” que regem o comportamento de dada sociedade, inerente ao processo de sociabilidade de cada indivíduo.

Augras (1989, p. 33) explica a contribuição de Lévi-Strauss no que se refere à constituição dessas “regras sociais”. Segundo a autora “em cada sociedade, as crianças aprendem, desde o nascimento, como sua cultura representa o mundo, e quais são as regras de comportamento dentro dele”, configurando-se o sentido do termo “socialização”. A socialização é, no âmbito das representações e dos valores, capaz de transformar “regras de conduta e representações do mundo em vivências individuais”.

Nesses termos, a realidade que o ser humano constrói dá-se em conjugação com a sociedade e “é no significado que cada grupo atribui aos elementos que compõem seu mundo que devemos buscar a compreensão” do tabu (AUGRAS, 1989, p. 34).

Compreender o tabu de cada cultura implica, portanto, a observância dos comportamentos ideológicos geridos por cada sociedade. Vilaça (2009, p. 53) exemplifica essa observância através dos conceitos de “decente” e “indecente”, os quais “são socialmente aprendidos”. Além disso, segundo a autora, “não há cultura que não tenha seu conceito de decência”, já que os comportamentos são atributos do campo ideológico.

Nessa esteira, o corpo humano, ou mesmo o sistema biológico humano como um todo, está sujeito à representação da própria espécie, à luz de fatores sociais e culturais (RODRIGUES, 1983). Portanto, é importante observar essas representações no campo da linguagem, dado que as “formas linguísticas estigmatizadas e de ‘baixo prestígio’, condenadas pelos padrões culturais” (PRETI,

---

3 Na obra intitulada *Totem e tabu*, cuja primeira edição data de 1913, Freud faz uma contribuição à antropologia social, através de reflexões que o levam a hipóteses acerca da origem das instituições sociais e culturais, bem como da religião e da moralidade.

1984, p.3) tendem a sofrer algum tipo de variação, associada ao contexto de produção a que estão veiculadas.

Poderíamos, a partir disso, conceber que a representação social é uma ação simbólica que, além de nortear o mundo, facilita sua compreensão; já que “tem um caráter cognitivo e autônomo e configura a construção social da realidade” em via de mão-dupla entre ação e comunicação (ARRUDA, 2003, p. 142).

Pode-se dizer, pois, que a teoria das representações sociais é um valioso instrumento de conhecimento acerca de dada sociedade, não copiando, ou refletindo fielmente a realidade, mas interpretando-a a partir do olhar do observador.

## 2. MULHER, CORPO, SEXO E OUTRAS COISAS PERIGOSAS<sup>4</sup>

Intentando uma breve pontuação histórica acerca das concepções sobre tabu, partimos de um primeiro momento, designadamente, dos estudos antropológicos do século XIX, marcados por uma visão iluminista, demasiadamente eurocêntrica, em que a cultura de povos tidos como exóticos (estranha à cultura ocidental) foi encarada pelos estudiosos como primitiva, numa expectativa de cultura linear em que o Ocidente ocuparia o estágio mais avançado do desenvolvimento. “Nessa perspectiva, costumes ocidentais que encontram explicação racional, como as superstições, por exemplo, são também interpretados como sobrevivência desse passado distante” (AUGRAS, 1989, p. 16), ou seja, resquícios desse estágio “primitivo”, o qual a cultura europeia já havia superado.

Entretanto, a antropologia moderna nega a história sob uma perspectiva linear, mesmo que se reconheça a importância de autores precursores em relação ao interesse sobre tabu, como, por exemplo, James Frazer<sup>5</sup>, que resgatou o conceito imprimindo-lhe destaque na antropologia vitoriana. Frazer é responsável pela observação da presença do tabu, como objeto de temor e proibição em diversas culturas, à luz de preceitos que comumente são associados à ideia de sujeira, poluição e mácula.

Sob essa perspectiva, o autor destaca um tabu recorrente em relação às mulheres, o que diz respeito à menstruação. Augras (1989) chama atenção para esse tipo de tabu, presente inclusive na sociedade contemporânea brasileira, embutido no conceito de “resguardo”, em diversas regiões de nosso país, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. Nessas regiões, a autora relata que as mulheres costumam ter sua dieta restrita a alguns alimentos durante o período menstrual.

Para Freud (1975, p. 35), “por trás de todas essas proibições parece

4 Paródia sobre o título da obra *Women, Fire, and Dangerous Things* (1987), de George Lakoff, sobre categorização. Há no livro a análise de um caso emblemático sobre o dialeto aborígene australiano Dyribal em que se enquadram, na mesma categoria, mulheres, fogo e coisas perigosas.

5 As publicações originais de Frazer são datadas do final do século XIX e início do XX, tais como *The Golden Bough, a Study in Magic and Religion* (1890), *Folk-Lore in the Old Testament* (“O folclore no Antigo Testamento”, 1918) e *The Golden Bough* (edição resumida, 1922). A única tradução em português é *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

haver algo como uma teoria de que elas são necessárias porque certas pessoas e coisas estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas”. Em grande parte das tradições brasileiras, a mulher aparece como alvo de tabu, por exemplo na abordagem da sexualidade feminina, sem ela necessariamente estar menstruada ou “de resguardo”.

Para Frazer, o conjunto de recomendações cautelosas que envolvem a figura feminina parece revelar um medo da mulher, típico das sociedades patriarcais. Por isso, assuntos associados à sexualidade feminina tornam-se temas perigosos.

Já à luz da antropologia moderna, Augras (1989) chama atenção para o fato de a grande parte dos tabus ter justamente a função de evitar perigos, sendo as proibições e interdições concernentes a coisas sagradas ou poluentes. Em latim, a palavra *sacer* designava o que era sagrado e o que era maldito, impuro. Em nossa cultura moderna ocidental, a raiz da palavra designa apenas o sentido “positivo”<sup>6</sup>, fato que não abstém a instituição do tabu como originalmente ambivalente. Essa etimologia remonta ao berço da cultura ocidental e serve como argumento para Augras questionar a hipótese de Frazer de que as sociedades primitivas não teriam capacidade intelectual para distinguir o que é positivo do que é negativo:

Não será o tabu algo tão universal, tão antigo, tão arraigado em nossos valores e costumes que tanto faz ser polinésio ou europeu, todos se sentem ao mesmo tempo atraídos e amedrontados frente a ele? (AUGRAS, 1989, p. 12-13)

A confusão entre sagrado e maldito, entre atraente e contagioso dos povos tidos como exóticos também chama a atenção de Freud. O autor não atribui tal ambivalência a uma incapacidade de raciocinar do selvagem, mas, ao contrário, compara o conflito com a sociedade de seu tempo, levantando a hipótese de que a ambivalência poderia ser inerente ao que mais prezamos.

Freud ainda aponta a visão de Wundt, para quem o tabu é o código de leis não escrito mais antigo do homem, supondo sua existência como anterior a qualquer religião. Nessa perspectiva, Freud levanta a hipótese de a gênese dos sistemas penais estar atrelada a punições aplicadas aos transgressores de tabu, uma vez que numa abordagem de “evolução” da sociedade e, por conseguinte, de evolução do conceito de tabu, a violação de um tabu por um infrator que ora era punido por forças divinas, passaria a receber a punição da própria sociedade. Proibições essas que “dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e

---

<sup>6</sup> Chamadas aqui as palavras de “positivas”, por expressarem apenas o caráter sacro das designações, mas não o maldito ou o impuro. Definições de Houaiss (2004, p. 658) sobre algumas das derivações da raiz da palavra latina *sacer* podem ilustrar essa “positividade”: “sacerdócio s.m. 1 o ofício do sacerdote 2 a carreira eclesiástica 3 poder espiritual dos sacerdotes 4 fig. Missão honrosa, nobre ou sacrificada”; “sacerdote [fem.: sacerdotisa; freira] s.m. indivíduo responsável pela celebração de rituais sagrados de uma religião”.

contra a liberdade de movimento e comunicação” (FREUD, 1975, p. 35).

Destaca-se que as proibições que atentam contra a liberdade de prazer, sempre foram muito mais claras em relação às mulheres, basta uma breve referência à mutilação genital feminina, contemporaneamente comum em certas partes da África, Ásia e Península Arábica, ou ainda, no tocante à liberdade de comunicação, o exemplo da participação política em nossa cultura ocidental que, até a metade do século XIX, não fazia parte do universo feminino. Haveria o caráter perigoso no prazer feminino, ou sua circuncisão estaria associada meramente à pureza que se deve preservar? A opinião das mulheres poderia causar efeitos nefastos na vida dos homens, ou não seria apenas esse ambiente impróprio à limpidez feminina? Parece não ser em vão que na responsabilidade pelo pecado original, não o homem é iludido, mas a mulher, sendo enganada, é quem cai em transgressão.

Freud (1913 *apud* AUGRAS, 1989), deixando transparecer o caráter machista de sua teoria, cuja abordagem atribui à mulher estatuto de objeto, não de sujeito, dá explicações para a origem do tabu, através da instituição do totem<sup>7</sup>, recorrentes em sociedades patriarcais. A título de ilustração, Augras (1989) relata um ritual, descrito por Charles Darwin sobre os homens pré-históricos e a posse sexual sobre a fêmea, em que a mulher é propriedade exclusiva do pai: nessa relação, os mais jovens imbuídos do sentimento de ciúme reúnem-se para assassinar o pai; a fim de absorver sua força, eles o devoram; para se eximir do sentimento de culpa, há o deslocamento da figura de pai para a figura de um animal, reificando o ser humano e, conseqüentemente, abstando os jovens filhos da culpa provocada pelo parricídio. Aliado a esse sentimento expiatório, a instituição do totem e a proibição do casamento com mulheres de mesmo totem remontam, segundo Freud, a origem das religiões.

Destaca-se do relato de Augras a ambivalência entre o que é temido e o que é desejado: “a impureza do crime consagra o poder paterno, do mesmo modo que a mulher, objeto de desejo, é impura por natureza. O tabu do incesto não expressa apenas a força da lei, mas, sobretudo, o império do desejo. Por que proibir o que não se quer?” (AUGRAS, 1989, p. 28). O que se pode concluir é que o tabu é algo ambivalente e, por isso mesmo, exerce grande fascínio.

### **3. DUPLO DOMÍNIO E O PODER DA AMBIGUIDADE**

Há de se compreender, pois, de forma menos obscura, o porquê de a mulher ser vetada de participação em atividades de caça em tradições primitivas, ou mesmo de “passar por cima de uma espingarda” na tradição nordestina brasileira (AUGRAS, 1989, p. 31): a mulher estaria muito mais próxima da esfera animal

---

<sup>7</sup> Didaticamente, podemos entender “totem” como “animal, planta ou objeto sagrado, tido como ancestral protetor de tribo ou clã” e, por extensão, a “representação desse animal, planta ou objeto” Houaiss (2004, 725). Encarando a teoria de Freud de forma simplista, creditam-se ao totemismo duas leis básicas: “não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto” (FREUD, 1975).

– pelo fato de parir filhotes e amamentá-los – do que o homem. Não obstante, quando a mulher se une através da instituição do matrimônio, passaria ela a pertencer também à esfera social, ao reino da cultura. A relação da mulher com a caça acarretaria consequências funestas ao caçador, por isso a necessidade do estabelecimento do tabu: “arrancá-la de vez ao domínio da natureza, senão ela se poderia tornar inimiga do caçador em sua própria casa” (AUGRAS, 1989, p. 32).

Não obstante, Augras (*op. cit.*) destaca que as observações feitas pelos autores do século XIX, quer sejam no nível da incapacidade intelectual do primitivo (Frazer), quer sejam no nível da ambivalência afetiva (Freud), não dão conta de resolver a questão da duplicidade da instituição do tabu:

[...] a razão pela qual a mulher costuma ser alvo de inúmeros tabus, em praticamente todos os grupos culturais [não reside no fato de ela ser] particularmente “suja” ou impura nem que ela encarne a projeção dos desejos incestuosos dirigidos à mãe, como julgava Freud. É que a mulher, por ser elemento de ligação entre dois grupos, pertence a ambos e, por conseguinte, situa-se na articulação de dois sistemas mutuamente excludentes (AUGRAS, 1989, p. 39).

A compreensão da duplicidade situa-se numa observância mais complexa do que as propostas de Frazer ou Freud. Para tanto, é necessário que se considerem características intrínsecas à espécie humana, tais como a capacidade de interpretar o mundo que a rodeia, através da criação de símbolos, categorias e conjuntos identitários. E, sob esse prisma, a mulher pode ser encarada como ser poderoso capaz de transitar entre diversas categorias que, inclusive, simbolizam conjuntos representados socialmente como incompatíveis.

Com efeito, quando há a referência à figura feminina, referencia-se o tabu, estreitamente associado à ambiguidade, contra cujo poder intrínseco há a necessidade de se proteger. Assim, destaca-se a posição marginal que a mulher ocupa em tantas culturas, dada ao fato de apresentar melhor que o homem a condição animal do ser humano.

Entretanto, quer sejam homens, quer sejam mulheres, o corpo humano expressa marcas associadas à natureza mais instintiva. Consoante Augras (1989, p. 41) “pelas técnicas corporais, pelas tatuagens, marcas tribais, enfeites, roupas, a cultura transforma esse corpo, dá-lhe significações próprias, valoriza certas partes, desdenha outras, impõe tabus de comportamento e de linguagem”. Ao se (re)significarem, tanto os homens quanto às mulheres podem trajar-se de forma cativante, insinuante e, ao mesmo tempo, “perigosa”.

Portanto, o próprio corpo humano é ambíguo e, por conseguinte, poderoso, pertencente a duas ordens: animal e humana. Em qualquer cultura, existem partes do corpo vistas como tabu, as quais devem ser escondidas e até evitadas de serem pronunciadas ou nomeadas. Neste último caso, estamos diante de tabus linguísticos, visto que se algo é interditado, o nome, a palavra, ou a designação que lhe refere sofre as mesmas consequências (GUÉRIOS, 1979).

Em nossa cultura, destacamos as genitálias que são tratadas ou por meio de termos técnicos, numa nomenclatura médica, ou por meio de termos que expressam representações simbólicas, como os eufemismos que buscam atenuar a carga do tabu, passando por termos jocosos em relação à sexualidade, indo até as palavras consideradas chulas pela intenção pejorativa do enunciador. Para esse tipo de tabu, uma classificação proposta por Ullmann (1964) poderia identificá-lo como “tabu de decência ou decoro”. Segundo Vilaça (2009, p. 55), este é o tabu cuja identificação é fácil, uma vez que ele toca em aspectos relativos aos “padrões de comportamentos ditados pela sociedade”. Ainda segundo a autora, apesar de fazer parte da existência humana, o sexo é a mais polêmica das proibições incluídas nessa categoria, pois há uma gama de exemplos que identificam a relação entre sexo e tabu; inclusive, em termos linguísticos, as extensões metafóricas para palavras que, em seu sentido básico, não designariam vulgaridades “como trepar (em árvore/ ato sexual), dar (algo a alguém/ a mulher sexualmente para o homem), penetrar (colocar em/ ato sexual), comer (alimentar-se de/ possuir sexualmente)”.

Vale destacar que, em nossa cultura contemporânea brasileira, frequentemente, palavras associadas às genitálias são utilizadas como expressões interjetivas. O emprego de léxico representado socialmente como chulo pode ser carregado de sentidos tanto negativos quanto positivos quando referentes à genitália masculina, não obstante, curiosamente, não são frequentes interjeições de caráter positivo quando referentes à genitália feminina. Portanto, é mais comum que um palavrão associado à genitália feminina seja mais agressivo (no sentido da expressão emocional de, por exemplo, afugentamento, espanto, impaciência, terror, medo) que outro, associado ao universo masculino, corriqueiramente utilizado para expressões que vão desde nuances de afugentamento; passando por espanto, impaciência, terror, medo; indo até alegria, contentamento, admiração alívio etc. Ratifica-se, assim, a ambivalência do tabu – neste caso, relacionada ao corpo do homem – e, sobretudo, o caráter anatemático em relação à anatomia feminina.

A visão de Augras (1989) sobre a forte associação do tabu às genitálias deve-se por conta de serem os órgãos sexuais responsáveis pela ligação entre os opostos, estabelecendo elos diretos entre indivíduos. Então, por corroborarem a ideia de “duplo domínio”, são objetos de tabu.

A mulher tem seu corpo representado social e culturalmente por apresentar traços peculiares a sua fisiologia, ou melhor, apresentar elementos que a tornam um ser inusitado para o unilateral universo masculino:

Mulher é bicho porque sangra<sup>8</sup>, seu corpo é seu brasão, não deixa ninguém esquecer que somos todos animais, mas ela é bicho estranho, por ter seu corpo reinterpretado pela cultura.

---

8 Referência de Augras à música de Rita Lee *Cor de rosa choque*.

A menstruação, com todos os rituais que a acompanham, torna manifesta a dupla natureza da mulher, como ser cultural e animal ao mesmo tempo. É nessa duplicidade que reside a sua força, pois todos os seres situados na interseção de ordens opostas gozam dos poderes da ambiguidade (AUGRAS, 1989, p. 41).

Conforme a autora, o sangue menstrual é a marca do domínio feminino: ser estranha e poderosa. Por isso mesmo não deve ser tocada, por ser ambígua, poderosa, e não por ser “suja” como postulavam os autores do século XIX. Desse modo, de acordo com cada cultura, a mulher oscilaria entre a profíxia – no sentido de proteger-se do seu poder, marginalizando-a, segregando-a – e a reverência. No primeiro caso, remonta-se a confusão entre o tratamento dado ao sagrado e ao imundo. Nesse sentido, não é apenas o corpo da mulher ou aspectos sexuais que geram tabu, mas tudo aquilo que pela ambiguidade representa o poder.

Segundo Freud (1975), a faculdade de excitar a ambivalência dos homens, levando-os a transgredir proibições, é um atributo perigoso que parece persistir em condições muito distintas, inclusive, e sobretudo, nas situações as quais encararíamos como tabu. Uma passagem bíblica, tradicional à cultura do Ocidente, registra de forma metafórica as relações entre poder, corpo e sexo:

A serpente era o mais esperto de todos os animais selvagens que o Senhor Deus tinha feito. Ela disse à mulher: “É verdade que Deus vos disse” ‘não comais de nenhuma árvore do jardim?’” E a mulher respondeu à serpente: “Nós podemos comer do fruto das árvores do jardim. Mas do fruto da árvore, que está no meio do jardim, Deus nos disse ‘não comais dela nem sequer o toqueis, do contrário morreréis’”. A serpente respondeu à mulher: “De modo algum morreréis. Pelo contrário, Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, vossos olhos se abrirão e sereis como deuses, conhecedores do bem e do mal”. A mulher notou que era tentador comer da árvore, pois era atraente aos olhos e desejável para se alcançar inteligência. Colheu o fruto, comeu e deu também ao marido, que estava junto, e ele comeu. Então os olhos dos dois se abriram; e, vendo que estavam nus, teceram para si tangas com folhas de figueira. [...] Deus perguntou: “E quem te disse que estavas nu? Então comeste da árvore, de cujo fruto te proibi comer? O homem respondeu: “A mulher que me deste por companhia, foi ela que me fez provar do fruto da árvore, e eu comi”. Então o Senhor Deus perguntou à mulher: “Por que fizeste isso?” E a mulher respondeu: “A serpente me enganou e eu comi” (GÊNESIS, 2005, p. 26).

O que sobressai em relação à transgressão na qual incorreram Adão e Eva é justamente a excitação da ambivalência nos homens e a tentação em infringir o proibido. Sob o ponto de vista de Augras (1989, p. 44), o tabu pode

ser considerado um “dispositivo que permite lidar com o poder sem correr o risco da destruição” e não somente um “elenco de proibições”. É nesse sentido que a mulher configura-se como um ser tão misterioso, e tão provocantemente perigoso, quanto uma personagem machadiana, de tal sorte que o ciúme do protagonista de *Dom Casmurro* possa representar a ameaçadora ambiguidade de Capitu, cujos olhos oblíquos sancionam o mistério da figura feminina.

#### 4. MAIS UMA MULHER ENIGMÁTICA

A literatura, imbuída de preceitos culturais de seu povo, reflete comportamentos em função de interpretações da realidade sobre o que convém e o que não convém ser feito, dito ou tocado, configurando, assim, uma representação literária das representações sociais que emergem na comunicação e na inscrição social e institucional do grupo, acerca, inclusive da ambivalente figura da mulher. Uma das forças motrizes que sustenta a trama do romance de Machado de Assis associa-se à ambiguidade da forte figura de Capitu. O clima de incerteza evocado pela possível criatividade da personagem Bentinho embala-se numa narrativa parcial que busca compreender a enigmática personagem feminina.

Muito provavelmente, não apenas “os olhos de ressaca, oblíquos e dissimulados” suscitam o enigma em torno de Capitu, mas o próprio ciúme e a própria insegurança de Bentinho levam-no à representação de sua parceira como mais sagaz e corajosa que o tímido narrador. Mais uma vez, a força da mulher põe à prova a vigorosa estabilidade masculina, causando ao homem transtornos e perturbações capazes de exigir-lhe qualquer tipo de amparo ou proteção contra a perigosa mulher.

A marcante feminilidade de Capitu induz o protagonista de *Dom Casmurro* à crença de ser ele menos homem do que ela mulher. Dessa forma, enquanto Capitu exacerba particularidades de ser social, sobretudo de “ser mulher”, Bentinho configura-se como um indivíduo socialmente insuficiente, cuja precária virilidade não lhe assegura o estatuto da força masculina. Esse jogo entre insuficiência e dominação leva ao sentimento de ameaça sob o qual padece o hesitante personagem masculino. Goza Capitu de plenitude na esfera social – uma vez que se demonstra ardilosa nas relações humanas<sup>9</sup> –, mas, igualmente, goza de plenitude feminina; por seu turno, peca Bentinho como homem social, desprovendo-o, também, das faculdades básicas da virilidade masculina, como o próprio personagem explicita ao não creditar ao filho sua paternidade.

Segundo D’Andrea (2004), em uma experiência contemporânea, no conto *Capitu sou eu* de Dalton Trevisan, a ambiguidade da personagem de Machado

---

<sup>9</sup> Em uma cena emblemática do romance *Dom Casmurro*, capítulo XXXIV, *Sou homem!*, o narrador faz referência a traços antagônicos da personalidade de Bentinho e Capitu, impregnados desde a infância nos personagens. Enquanto Bentinho mantém-se atônito diante de dada circunstância, Capitu demonstra dominar a habilidade de mentir e “encobrir com palavras” a situação de que desejavam se desvencilhar: “Assim, apanhados pela mãe, éramos dois e contrários, ela encobrindo com a palavra o que eu publicava pelo silêncio.” (ASSIS, 1997, p. 88).

de Assis é transposta à atualidade, fazendo jus, agora, às “conquistas femininas dos anos sessenta do século XX pra cá”. Nesse sentido, “a ambiguidade permanece na condição feminina atual”, entretanto, essa mulher contemporânea “se triparte entre exercer uma profissão, ser mãe de família (tem um filho que mora com ela) e ser uma mulher divorciada, ao mesmo tempo em que tem dentro de si o estopim erótico da fêmea”. Essa nova Capitu, porém, matem-se, da mesma forma, “sedutora e vítima” (D’ANDREA, 2004, p. 19).

Permanece, portanto, a representação da mulher como criatura ambivalente, capaz de transitar entre esferas diferentes que vão, por exemplo, da sedução à vitimização; ou do bestial ao social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria das representações sociais é um valioso recurso para se promover um conhecimento acerca de dada sociedade. Essa realidade socialmente constituída não se configura como mera cópia ou fiel reflexo da realidade, mas uma notação a partir do olhar do observador que a interpreta conforme preceitos típicos de sua cultura.

Já que uma realidade construída pelo ser humano conforma-se conjugada com a sociedade em que este se insere, em dada cultura, produzem-se e reproduzem-se, por exemplo, os tabus. É, pois, desse modo que o ser humano, imerso em códigos culturais particulares, está sujeito a refletir comportamentos em função de interpretações sobre o que é conveniente fazer, dizer, ou tocar.

Dessa forma, a ordem do evitado, do interdito, comporta traços da ambivalência, próprios de tudo aquilo que funde universos opostos. É nesse sentido que emanam não só do corpo, do sexo, mas, sobretudo, da mulher, o fascinante e arriscado poder inerente ao tabu.

Se a mulher é frequente objeto de tabu, comportaria ela traços adequados a mais de uma esfera, tornando-a ser misteriosamente perigoso, arriscadamente enigmático e fascinantemente duvidoso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), Campinas, SP, v. 117, p. 127-147, 2003.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.
- AUGRAS, M. *O que é tabu*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- D’ANDREA, M. S. Capitu sou eu ou é ela?: Afinal quem é Capitu? *Graphos. Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB*. João Pessoa: Idéia, v.6, n. 2/1, 2004, p. 17-21.
- FRAZER, J. *O ramo de ouro*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- FREUD. *Totem e tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- GÊNESIS. In: *Bíblia sagrada*. 50. ed. Edição da família. Petrópolis: Vozes, 2005.

- GUÉRIOS, R. F. M. *Tabus linguísticos*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S; FRANCO, F. M. M. *Mini dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, fire and dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- NOCCIOLI, C. A. M. *Análise das estratégias linguístico-discursivas na divulgação de temas tabu na Revista Superinteressante*. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010. 145p. (Dissertação de Mestrado).
- PRETI, D. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- RODRIGUES, J. C. *Tabu do corpo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1964.
- VILAÇA, M. G. C. *Tabus linguísticos na publicidade brasileira*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. 133p. (Dissertação de Mestrado).

*Recebido em: 04/07/2012*

*Aceito em: 19/11/2012*